

## PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE/RO

### Chave de correção final da Prova Discursiva

**Cargo:** S32 - PROCURADOR DO MUNICÍPIO (Peça Processual)

A Câmara Municipal da cidade X aprovou a Lei Municipal nº 1.234/2024, que impõe restrições ao funcionamento do comércio local em desacordo com a Constituição Estadual de Rondônia, notadamente em relação à garantia da livre iniciativa. Embora o Prefeito Municipal tenha vetado a lei, a Câmara derrubou o veto. As restrições impostas pela Lei Municipal nº 1.234/2024 estão prejudicando vários empreendedores locais, que alegam que terão que demitir funcionários e, até mesmo, encerrar suas atividades.

O Prefeito da cidade X, preocupado com a situação, pede a V.Sa. que, em até 60 linhas, elabore a ação cabível contra a Lei Municipal nº 1.234/2024.

#### GABARITO COMENTADO

O candidato deve propor ação direta de inconstitucionalidade perante a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em nome do Prefeito Municipal da cidade X. Na peça, deve justificar a legitimidade ativa do Prefeito Municipal, a competência originária do Tribunal de Justiça para julgamento da ação, explicar os fatos e a incompatibilidade da Lei Municipal nº 1.234/2024 com os dispositivos da Constituição Estadual que tratam da livre iniciativa, e realizar pedido liminar para suspensão imediata dos efeitos da referida lei, encerrando com os pedidos cabíveis.

#### DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

A questão valerá até 20 pontos, de acordo com a especificação apresentada abaixo.

Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	Domínio da norma culta da língua, no seu registro formal.	2,5
2	Pontuação, ortografia, concordância, regência, uso adequado de pronomes, emprego de tempos e modos verbais.	2,5
3	Respeito à estrutura da tipologia textual solicitada, paragrafação;	2,5
4	Uso adequado de conectivos e elementos anafóricos, observância da estrutura sintático-semântica dos períodos.	2,5
5	Endereçamento da petição inicial – Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.	0,5
6	Identificação da peça cabível – Ação Direta de Inconstitucionalidade.	0,5
7	Identificação e qualificação do autor – Prefeito Municipal da cidade X	1
8	Justificação da legitimidade ativa do Prefeito Municipal	1
9	Justificação da competência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	1
10	Descrição dos fatos – Aprovação da Lei, veto do Prefeito em razão de incompatibilidade com a Constituição Estadual, derrubada do veto, prejuízos aos empreendedores locais.	2
11	Fundamentação jurídica – Incompatibilidade da Lei nº 1.234/2024 com a livre iniciativa prevista na Constituição Estadual.	2
12	Pedido liminar – Configuração do <i>periculum in mora</i> e do <i>fumus boni iuris</i> para suspensão imediata dos efeitos da Lei nº 1.234/2024.	0,5
13	Pedidos de (i) concessão da liminar, (ii) notificação da Câmara Municipal da cidade X, na pessoa de seu presidente, (iii) procedência da ação, para que se declare a inconstitucionalidade da Lei nº 1.234/2024, com efeitos <i>ex tunc</i> .	0,5
14	Indicação de provas a produzir.	0,5
15	Local (cidade X), data e assinatura (genéricas).	0,5
Total		20